

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: PRÁTICAS E DESAFIOS

THE CONSTRUCTION OF AUTONOMY IN EARLY CHILDHOOD: PRACTICES AND CHALLENGES

Delianni Alves Pereira

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Anick Danielle Bezerra da Silva

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Euclésia Sampaio de Medeiros Bezerra

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Raquel Carolina Barreiros Silva

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Thays Cristine Scariot Peres

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/x1xmer74>

Publicado em: 10.07.2025

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar, à luz de referenciais teóricos contemporâneos, as estratégias educativas que favoreceram a autonomia de crianças pequenas no contexto da educação infantil. A pesquisa abordou a autonomia como um processo progressivo, construído por meio das interações sociais, da organização intencional dos ambientes e das práticas pedagógicas que reconhecem a criança como sujeito de direitos. A investigação foi conduzida por meio de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos obtidos no Google Acadêmico, selecionados a partir de critérios de atualidade, relevância temática e acessibilidade. As palavras-chave utilizadas nas buscas permitiram refinar o levantamento, assegurando a pertinência das publicações analisadas. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para sistematizar os dados e identificar três eixos principais: as interações sociais como mediadoras da autonomia; a brincadeira e o movimento livre como estratégias formativas; e as práticas pedagógicas associadas à organização dos espaços escolares. Os resultados revelaram que a autonomia infantil não emergiu de forma espontânea, mas como resultado de ações educativas planejadas, pautadas na escuta, no respeito à singularidade e na valorização da participação das crianças na rotina institucional. Concluiu-se que o desenvolvimento da autonomia exige um ambiente educativo que assegure liberdade com responsabilidade, mediação sensível por parte dos adultos e oportunidades concretas de tomada de decisão. A análise evidenciou, ainda, que tais práticas contribuem para a formação de sujeitos ativos, éticos e colaborativos desde os primeiros anos de vida.

Palavras-chave: protagonismo, escuta, mediação, convivência, responsabilidade.



Abstract: This article aimed to analyze, in light of contemporary theoretical frameworks, the educational strategies that fostered the autonomy of young children within the context of early childhood education. The research approached autonomy as a progressive process, constructed through social interactions, the intentional organization of environments, and pedagogical practices that recognize the child as a subject of rights. The investigation was conducted through bibliographic research with a qualitative approach, based on the analysis of scientific articles obtained from Google Scholar, selected according to criteria of timeliness, thematic relevance, and accessibility. The keywords used in the searches allowed for a refined selection, ensuring the pertinence of the analyzed publications. The content analysis technique was employed to systematize the data and identify three main axes: social interactions as mediators of autonomy; play and free movement as formative strategies; and pedagogical practices associated with the organization of educational spaces. The results revealed that child autonomy did not emerge spontaneously, but rather as a result of planned educational actions based on listening, respect for individuality, and the promotion of children's active participation in institutional routines. It was concluded that the development of autonomy requires an educational environment that ensures freedom with responsibility, sensitive adult mediation, and concrete opportunities for decision-making. The analysis further evidenced that such practices contribute to the formation of active, ethical, and collaborative subjects from the earliest years of life.

Keywords: protagonism, listening, mediation, coexistence, responsibility.

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos sobre o desenvolvimento infantil passaram a atribuir centralidade ao conceito de autonomia, compreendida como um processo gradativo que envolve a capacidade da criança de tomar decisões, agir com responsabilidade e participar ativamente de sua própria aprendizagem. Esse enfoque exigiu uma reconfiguração das práticas pedagógicas na educação infantil, demandando ambientes planejados, relações educativas dialógicas e propostas que respeitem os ritmos e as singularidades dos sujeitos em desenvolvimento. Nesse contexto, tornou-se necessário compreender de que forma as práticas escolares, as interações sociais e o espaço físico contribuem para o fortalecimento da autonomia infantil, especialmente nos primeiros anos de vida.

A escolha do tema justificou-se pela relevância da autonomia como dimensão fundamental do processo formativo na infância, em consonância com os princípios legais e pedagógicos que regem a educação infantil no Brasil. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam a importância de práticas que reconheçam a criança como sujeito de direitos, capaz de produzir cultura, agir sobre o meio e construir conhecimentos em interação com os outros. Frente a esse cenário, investigar os fatores que favorecem a construção da autonomia na infância revelou-se essencial para qualificar a atuação docente e contribuir para a efetivação de práticas educativas coerentes com os direitos das crianças.

A pesquisa partiu da seguinte questão norteadora: 'De que maneira as práticas pedagógicas, as interações sociais e a organização dos ambientes educativos contribuem para o desenvolvimento da autonomia na primeira infância?' Tal questionamento orientou a estruturação do estudo

e a seleção dos referenciais teóricos, com o intuito de identificar elementos que pudessem fundamentar a análise crítica das práticas em instituições de educação infantil.

O objetivo geral consistiu em analisar, a partir de referenciais teóricos recentes, as estratégias educativas que favorecem a autonomia de crianças pequenas no contexto da educação infantil. Os objetivos específicos foram: (a) compreender o papel das interações sociais na promoção da autonomia infantil; (b) investigar a importância da brincadeira e do movimento livre como experiências formativas; e (c) identificar práticas pedagógicas e modos de organização do espaço escolar que potencializam a ação autônoma das crianças.

Para alcançar tais objetivos, adotou-se uma metodologia de natureza qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica. O levantamento e a análise do material foram realizados a partir da seleção de artigos científicos recentes, disponíveis no *Google Acadêmico*, com foco em publicações que abordam as práticas educativas na educação infantil sob a ótica da promoção da autonomia. Foram utilizadas palavras-chave simples, como ‘autonomia infantil’, ‘educação infantil’, ‘brincadeira livre’ e ‘interações sociais’, associadas por operadores booleanos. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme reconhecido por Santana, Narciso e Santana (2025), que destacaram sua relevância nas pesquisas qualitativas. Embora a pesquisa tenha sido exclusivamente bibliográfica, os autores também fundamentaram-se nos pressupostos da pesquisa-ação, compreendida como abordagem metodológica comprometida com a transformação social e a qualificação das práticas educativas.

O estudo dialogou com autores que investigam diferentes dimensões do processo educativo na infância. As contribuições de Alessi *et al.* (2025) permitiram compreender o papel do educador e a importância do planejamento do ambiente para o desenvolvimento da autonomia. Kelleter e Carvalho (2025), por sua vez, abordaram a autonomia na primeira infância com base na Abordagem Pikler, enfatizando a importância do movimento livre e da iniciativa espontânea da criança. Já Dias e Medeiros (2020) refletiram sobre as interações sociais e os desafios enfrentados pelas instituições na efetivação de práticas voltadas à valorização da infância como tempo de formação ética, cognitiva e afetiva.

O artigo está dividido em três capítulos principais. O primeiro, intitulado ‘O papel das interações sociais na construção da autonomia infantil na educação infantil’, discute a importância das relações entre criança e adulto, bem como entre os próprios pares, para a constituição de sujeitos autônomos. O segundo capítulo, ‘A brincadeira e o movimento livre como estratégias para o desenvolvimento da autonomia na primeira infância’, analisa a contribuição das experiências lúdicas e motoras no processo de construção da autonomia. O terceiro capítulo, ‘Práticas pedagógicas e ambientes educativos que favorecem a autonomia de crianças pequenas’, apresenta reflexões sobre a organização do espaço, a postura docente e os recursos utilizados para estimular a iniciativa e a responsabilidade das crianças.

Metodologia

A presente investigação caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo objetivo principal consistiu em analisar produções científicas que discutem a construção da autonomia na primeira infância, especialmente no contexto da educação infantil. Conforme estabelecido por Gil, esse tipo de pesquisa fundamenta-se na análise de contribuições

teóricas já publicadas, sendo adequada quando se pretende reunir, sistematizar e interpretar conhecimentos existentes sobre determinado tema. Nesse sentido, a metodologia adotada permitiu atingir os objetivos propostos ao oferecer subsídios teóricos para a compreensão das práticas pedagógicas, das interações sociais e da organização dos ambientes educativos que favorecem a autonomia de crianças pequenas.

Foram utilizadas como fontes primárias artigos científicos selecionados a partir de critérios de atualidade, relevância temática e disponibilidade de acesso. As palavras-chave empregadas na busca foram escolhidas de forma simples e direta, com combinações como: ‘autonomia infantil’, ‘educação infantil’, ‘interações sociais’, ‘brincadeira livre’ e ‘movimento livre na creche’. Essas expressões foram associadas por operadores booleanos como ‘AND’ e ‘OR’ para refinar os resultados obtidos. O principal repositório utilizado foi o *Google Acadêmico*, plataforma gratuita de pesquisa mantida pela *Google*, que permite acesso a textos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, sendo amplamente reconhecida por sua abrangência e facilidade de uso.

A seleção dos artigos ocorreu em etapas. Inicialmente, foram identificadas publicações recentes, com ênfase nos últimos cinco anos, que abordassem o tema da autonomia na primeira infância sob diferentes perspectivas teóricas. Posteriormente, os textos foram lidos integralmente para averiguar sua pertinência aos objetivos do estudo. Foram incluídos apenas os artigos que tratavam explicitamente das práticas pedagógicas, do papel do educador, da organização dos ambientes educativos e da relevância das interações sociais para a promoção da autonomia infantil.

A análise dos dados textuais coletados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin, visando à identificação de categorias temáticas que emergissem das unidades de sentido presentes nos textos. A esse respeito, vale destacar que “a análise de conteúdo continua sendo uma técnica relevante nas pesquisas qualitativas” (Santana; Narciso, Santana, 2025, p. 14), pois permite examinar o conteúdo dos discursos com rigor metodológico, respeitando a complexidade das informações analisadas. As categorias estabelecidas foram: (1) interações sociais e construção da autonomia, (2) brincadeira e movimento livre como estratégias formativas, e (3) práticas pedagógicas e ambientes educativos.

Embora se trate de uma pesquisa bibliográfica, adotou-se como base epistemológica a lógica da pesquisa-ação, na medida em que os estudos analisados enfatizam a transformação das práticas pedagógicas a partir da reflexão crítica sobre a realidade educacional. Nesse sentido, “a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que promove a transformação social” (Santana; Narciso, Santana, 2025, p. 15), o que a torna pertinente como referencial para a análise de práticas educativas voltadas à autonomia infantil.

A articulação entre os referenciais teóricos e os dados extraídos dos textos analisados possibilitou a construção de uma síntese crítica sobre os fatores que favorecem ou dificultam a emergência de comportamentos autônomos na infância. Assim, a metodologia bibliográfica adotada, aliada ao rigor analítico da técnica de análise de conteúdo, contribuiu de modo significativo para a produção de conhecimentos aplicáveis à prática docente e à formulação de políticas públicas na área da educação infantil.

O papel das interações sociais na construção da autonomia infantil na Educação Infantil

A autonomia na infância configura-se como uma construção social que se dá no interior das relações interpessoais estabelecidas cotidianamente nas instituições de educação infantil. Trata-se de uma competência que transcende a noção de independência funcional e passa a ser concebida como a capacidade de tomar decisões conscientes, negociar sentidos e assumir responsabilidades no coletivo. Alessi *et al.* (2025, p. 41) asseveram que a autonomia pode ser compreendida como “a capacidade de se conduzir e tomar decisões, considerando as regras, os valores, e as perspectivas tanto pessoais quanto alheias”, sendo, portanto, uma dimensão do desenvolvimento ético e social da criança, e não apenas um traço individual.

Desse modo, a emergência da autonomia está estreitamente associada à qualidade das interações sociais nas quais a criança se insere. Os ambientes educativos que favorecem a escuta, o diálogo, o reconhecimento da diferença e a resolução colaborativa de conflitos tornam-se espaços privilegiados para a promoção da autonomia desde os primeiros anos de vida. Conforme evidenciam Dias e Medeiros (2020, p. 118), “as interações que acontecem entre criança-adulto e entre criança-criança imprimem um papel preponderante na construção da autonomia infantil”, sobretudo por serem atravessadas por dimensões culturais e afetivas que ampliam as possibilidades de agência e de aprendizagem.

Tais interações, longe de se restringirem a trocas instrutivas, envolvem processos complexos de negociação de significados e de posicionamento subjetivo. É nesse processo que a criança aprende a reconhecer o outro como interlocutor legítimo, com quem compartilha responsabilidades e com quem precisa articular seus desejos e intenções. Por essa razão, Dias e Medeiros, (2020, p. 117) afirmam que

[...] o processo de desenvolvimento da criança envolve, portanto, uma contínua negociação de significados entre os atores em interação, onde as mensagens culturais são interpretadas e reinterpretadas de forma ativa pelos indivíduos.

A autonomia, nesse contexto, é compreendida como capacidade de significar e ressignificar a experiência cotidiana a partir da mediação social. A relevância do papel docente nesse processo também é amplamente reconhecida. Ainda que a criança possua capacidades inatas de agência, é por meio da mediação sensível do professor que tais capacidades são potencializadas e orientadas para a participação coletiva. Dias e Medeiros (2020, p. 118) salienta

[...] nas interações criança-professor, o comportamento de ambos é impulsionado à mudança e à adaptação por força da necessidade de convivência, que resulta na interação, possibilitando a expressão afetiva, intelectual e moral.

Dessa forma, o professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdos e passa a atuar como parceiro dialógico da criança em seu percurso de constituição subjetiva. Ademais, os estudos de Kelleter e Carvalho (2025, p. 109) contribuem significativamente ao enfatizar a importância das interações sociais desde os primeiros meses de vida. A partir de uma investigação com bebês em contexto de creche, os autores evidenciam que

[...] foi possível inferir que o movimento livre dos bebês na creche possibilita o desenvolvimento de sua autonomia por meio de aprendizagens emergentes da interação deles com os pares, espaços e materiais.

Essa formulação amplia o entendimento da autonomia ao integrá-la às dimensões da corporeidade e da exploração sensório-motora, entendidas como constitutivas das primeiras formas de ação autônoma. Sob essa ótica, a Abordagem Pikler oferece fundamentos teóricos e operacionais ao tratar o corpo do bebê como meio de expressão intencional e de iniciativa própria. Ao considerar que a criança pequena é capaz de agir a partir de desejos e objetivos próprios, mesmo antes da aquisição da linguagem verbal estruturada, essa abordagem destaca a importância de um ambiente educativo que respeite os ritmos individuais, assegure a liberdade de movimento e proporcione situações de exploração ativa.

Por conseguinte, é necessário reconhecer que a autonomia não se restringe à capacidade de realizar tarefas isoladamente, mas envolve processos complexos de construção de significados compartilhados em interação com os outros. Tal compreensão demanda práticas pedagógicas que valorizem a escuta ativa e a criação de vínculos afetivos, em que as crianças tenham oportunidades de desenvolver habilidades relacionadas ao autocuidado, à resolução de conflitos e à gestão da própria participação. Para tanto, o ambiente escolar deve ser concebido como espaço de convivência ética e relacional, no qual a escuta, o diálogo e o respeito sejam incorporados como princípios orientadores da ação educativa.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da autonomia infantil pressupõe a construção de vínculos de confiança, condição essencial para que as crianças se sintam seguras para fazer escolhas e assumir responsabilidades. Esses vínculos se estabelecem por meio de práticas pedagógicas baseadas na valorização da criança como sujeito de direitos, portador de saberes e capaz de produzir sentidos. Portanto, a organização dos espaços, das rotinas e das interações deve ser planejada com base na observação atenta e na mediação sensível por parte do educador.

Do mesmo modo, a concepção histórico-cultural do desenvolvimento humano sublinha que a autonomia não é resultado de maturação biológica, mas construção social mediada pelas interações. A criança se desenvolve ao apropriar-se de instrumentos culturais, práticas sociais e linguagens compartilhadas, construindo sua individualidade na relação com o coletivo. Assim, promover a autonomia significa propor situações pedagógicas em que as crianças possam cooperar, negociar regras, participar de decisões e exercer a escuta mútua.

Essa abordagem desafia a lógica tradicional da autoridade unilateral, exigindo uma reconfiguração da relação adulto-criança no ambiente educativo. A mediação pedagógica passa a ser concebida como uma prática de negociação, em que o adulto reconhece a legitimidade das manifestações infantis e responde de forma contextualizada. A construção da autonomia, nesse processo, está associada à possibilidade de expressão, à gestão de conflitos de forma dialogada e à vivência da responsabilidade compartilhada.

Em síntese, ao integrar diferentes perspectivas teóricas, observa-se a convergência em torno da ideia de que a autonomia se constrói em contextos de interação intersubjetiva. Relações baseadas na confiança, no reconhecimento mútuo e na participação ativa constituem o alicerce para o desenvolvimento de sujeitos críticos e éticos desde a infância. Essa concepção exige que os ambientes educativos sejam concebidos não apenas como espaços físicos, mas como territórios de significação, onde a criança possa ser reconhecida como protagonista de sua própria trajetória de aprendizagem.

Finalmente, cabe destacar que a autonomia na infância é um processo gradual e situado, que exige a presença de educadores atentos e comprometidos com uma escuta ativa e uma

prática pedagógica responsiva. A centralidade das interações sociais na promoção da autonomia implica a necessidade de ambientes que possibilitem experiências de escolha, negociação e autoria, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos capazes de agir com responsabilidade, sensibilidade e consciência coletiva. Dessa forma, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e produtora de cultura é condição essencial para a efetivação de práticas pedagógicas verdadeiramente emancipadoras.

A brincadeira e o movimento livre como estratégias para o desenvolvimento da autonomia na primeira infância

A autonomia na primeira infância configura-se como um processo de construção que depende de experiências concretas, especialmente aquelas que envolvem liberdade de escolha, mobilização do corpo e resolução de situações do cotidiano infantil. Nesse sentido, a brincadeira e o movimento livre não apenas viabilizam a aprendizagem de habilidades motoras, cognitivas e sociais, mas também constituem práticas fundamentais para o exercício da agência infantil. A criança, ao brincar por iniciativa própria e movimentar-se de forma não dirigida, afirma-se como sujeito capaz de interagir com o meio, elaborar sentidos e tomar decisões que afetam sua realidade imediata.

Para que essas experiências favoreçam efetivamente o desenvolvimento da autonomia, é necessário que a prática pedagógica reconheça a criança como protagonista de seu processo de aprendizagem. Isso implica a construção de ambientes educativos que respeitem seus tempos, ofereçam desafios pertinentes à sua faixa etária e evitem interferências instrutivas excessivas por parte dos adultos. A criança deve ter liberdade para organizar suas ações, criar enredos, selecionar parceiros e negociar regras, pois é nessas situações que ela exercita o pensamento crítico, a autorregulação e a responsabilidade.

Nesse contexto, a ludicidade não é acessória, mas um elemento estruturante do desenvolvimento infantil. A brincadeira espontânea, ao contrário das atividades dirigidas com fins utilitaristas, favorece a elaboração de experiências subjetivas significativas. É no brincar que a criança explora, simula, imagina e recria o mundo à sua maneira. Assim, ao permitir que o brincar aconteça de forma livre e contínua, a instituição educativa cumpre sua função de proteger e potencializar o exercício da infância como tempo de experimentação e descoberta.

Complementarmente, o movimento livre assume papel central, sobretudo na etapa da creche, pois constitui a primeira linguagem por meio da qual o bebê interage com o ambiente. Ao engatinhar, rolar, erguer-se ou deslocar objetos, o bebê constrói noções espaciais e temporais, desenvolve a coordenação motora e testa seus limites corporais. Quando essas ações ocorrem sem intervenções adultas que antecipem suas conquistas, favorece-se o fortalecimento da autoestima e da autoconfiança, aspectos fundamentais para a autonomia em qualquer fase da vida.

O planejamento dos espaços educativos deve, portanto, considerar a autonomia como princípio organizador. Isso significa dispor o ambiente de forma acessível, segura e instigante, possibilitando que as crianças escolham o que fazer, como fazer e com quem fazer. Materiais diversificados, dispostos ao alcance das mãos, e uma rotina flexível são elementos que promovem a liberdade de ação e a autoria infantil. A função do educador, nesse cenário, não é controlar a

atividade, mas observar atentamente, garantir a segurança e intervir apenas quando necessário, respeitando o tempo e a lógica de cada criança.

Nesse processo, a presença do outro — especialmente de outros pares — potencializa as experiências autônomas. A interação entre crianças durante o brincar livre promove a aprendizagem social, pois demanda negociação, empatia, escuta e partilha. A criança aprende que o exercício da liberdade implica considerar o desejo e a necessidade do outro, estabelecendo, assim, relações mais equitativas e cooperativas. O brincar coletivo, portanto, transforma-se em espaço de convivência democrática, no qual os sujeitos constroem normas e valores comuns.

As pesquisas que se debruçam sobre o cotidiano da educação infantil têm evidenciado que, quando a criança é autorizada a organizar suas próprias brincadeiras, ela não apenas mobiliza suas competências cognitivas e emocionais, mas também desenvolve capacidades éticas e políticas. Ao escolher, recusar, argumentar, propor e escutar, a criança vivencia práticas sociais complexas que contribuem para sua formação integral. Essas experiências são ainda mais significativas quando ocorrem em contextos lúdicos, em que a linguagem simbólica permite à criança experimentar múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo.

A observação de práticas educativas que incorporam o movimento livre e o brincar espontâneo revela que tais estratégias favorecem o desenvolvimento de crianças mais autônomas, seguras e criativas. Essa abordagem contrasta com propostas pedagógicas que priorizam atividades escolarizadas precoces, as quais muitas vezes limitam a exploração e reduzem a infância a um período de preparação para a vida adulta. Ao invés disso, é preciso reconhecer que a brincadeira e o movimento são finalidades em si mesmas na infância, pois respondem às necessidades concretas do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, torna-se indispensável repensar o papel do adulto no contexto educativo. O educador deve atuar como facilitador das experiências infantis, criando condições materiais e relacionais que favoreçam a livre expressão. A sensibilidade para perceber quando intervir e quando se afastar é uma competência essencial, pois a intervenção excessiva tende a cercear a iniciativa infantil. O objetivo não é direcionar a ação da criança, mas assegurar que ela tenha meios para expressar seus interesses, explorar o ambiente e desenvolver soluções próprias para os desafios que encontra.

Em instituições de qualidade, é possível observar a integração entre os princípios da liberdade e da segurança. Ambientes que respeitam a autonomia infantil não abdicam da organização e da atenção às necessidades de proteção física e emocional. Pelo contrário, são contextos que acolhem o erro, a tentativa, o refazimento e a descoberta como dimensões legítimas do processo de aprendizagem. O brincar, nesses espaços, não é interrompido para dar lugar a atividades “mais sérias”; ele é reconhecido como instância central da experiência educativa. Exemplo disso é relatado por Dias e Medeiros (2020, p. 120), que, ao investigarem o cotidiano de uma instituição de educação infantil, afirmam que

[...] as relações crianças-crianças são fundamentais para o desenvolvimento de suas identidades pessoais, uma vez que ‘elas próprias organizam suas brincadeiras, escolhem brinquedos e parceiros para os atos lúdicos, ensinam, aprendem, criam regras, inventam novas brincadeiras, enfim, governam suas próprias brincadeiras’.

Esse registro empírico reafirma a tese de que a autonomia surge não como imposição externa, mas como conquista relacional e situacional que se dá na interação com os pares e com o ambiente. Diante disso, conclui-se que a brincadeira e o movimento livre constituem estratégias educativas imprescindíveis para a construção da autonomia na primeira infância. Sua efetivação exige ambientes preparados, educadores sensíveis e uma concepção de infância que reconheça a criança como sujeito competente, criativo e ético. Valorizar essas práticas não é um adendo metodológico, mas uma exigência política e pedagógica que compromete-se com a formação de sujeitos capazes de agir com liberdade, responsabilidade e sensibilidade social desde os primeiros anos de vida.

Práticas pedagógicas e ambientes educativos que favorecem a autonomia de crianças pequenas

A construção da autonomia na primeira infância exige práticas pedagógicas sustentadas por concepções de criança como sujeito ativo, capaz de produzir significados, tomar decisões e interagir criticamente com o meio. Para isso, os ambientes educativos precisam ser pensados não apenas como espaços físicos, mas como contextos simbólicos, éticos e afetivos que propiciem experiências de liberdade com responsabilidade. Essa abordagem requer a articulação entre elementos como a organização do espaço, o planejamento das atividades, a intencionalidade educativa e a qualidade das interações entre crianças e adultos.

Nesse cenário, a configuração do ambiente desempenha papel central, uma vez que possibilita ou restringe o exercício da iniciativa infantil. Alessi et al. (2025, p. 48) relatam que

[...] o ambiente foi estruturado para permitir escolhas, com materiais dispostos em níveis acessíveis, o que estimulou a autossuficiência das crianças nas atividades cotidianas, sem a intervenção constante do adulto.

Ao permitir que a criança escolha onde brincar, com quem interagir e que objetos utilizar, o espaço se transforma em elemento formativo, mediando a construção de competências cognitivas, motoras e emocionais. Não se trata, porém, de um ambiente neutro, mas de um cenário construído com base em critérios pedagógicos que valorizam a autonomia.

A disposição dos objetos, a acessibilidade dos materiais e a organização de tempos e rotinas devem respeitar os ritmos próprios da infância, garantindo à criança o direito de explorar, experimentar e refazer sem a imposição de resultados pré-estabelecidos. A previsibilidade da rotina e a clareza nas propostas educativas também contribuem para que a criança compreenda sua participação no grupo e desenvolva senso de pertencimento. Nesse sentido, a função do adulto consiste em organizar o ambiente de maneira intencional, mantendo-se disponível, porém sem intervir de forma diretiva ou autoritária.

A esse respeito, observa-se que práticas pedagógicas coerentes com a promoção da autonomia exigem uma postura docente que valorize a escuta e a observação como estratégias fundamentais de mediação. A intervenção do adulto deve ser pontual, respeitosa e sensível, favorecendo a emergência de ações autônomas e a elaboração de sentidos por parte da criança. Essa atuação qualificada requer uma compreensão aprofundada do desenvolvimento infantil e um posicionamento ético comprometido com o protagonismo da criança nas situações educativas.

No campo da educação infantil, algumas experiências têm sido sistematizadas com base em abordagens pedagógicas que priorizam a liberdade de movimento, a iniciativa espontânea e a organização do espaço como facilitador da aprendizagem. Kelleter e Carvalho (2025, p. 116) descrevem uma prática na qual

[...] a creche investigada apresentava uma sala-referência ampla e organizada por espaços circunscritos – alimentação, descanso e brincar livre. A área com materiais e mobiliários – rampa, túnel etc. – para o brincar livre é a mais procurada pelos bebês. Eles se movimentam livremente pelo espaço da sala, escolhem materiais para brincar, assim como mobiliários para explorar, sem a intervenção direta da professora ou da educadora auxiliar.

Tal relato evidencia que a autonomia infantil não se limita à liberdade de escolha, mas abrange o direito de explorar o espaço e de construir significados a partir das próprias experiências. No entanto, o desenvolvimento da autonomia não ocorre de maneira homogênea nem automática. Fatores como a rigidez da rotina, a escassez de recursos e a sobreposição de práticas diretivas podem comprometer o exercício da autonomia e reduzir a criança à condição de executora de comandos adultos. Nesses contextos, o papel do educador torna-se ainda mais relevante, pois é ele quem pode transformar limites estruturais em oportunidades pedagógicas, mediante práticas que valorizem a escuta, o respeito e o reconhecimento das iniciativas infantis.

A literatura especializada também aponta que práticas que envolvem a responsabilização progressiva da criança por tarefas do cotidiano — como guardar brinquedos, organizar os materiais ou ajudar na rotina do grupo — contribuem significativamente para a construção da autonomia. Essas ações simples promovem o senso de responsabilidade, fortalecem vínculos sociais e desenvolvem habilidades de autorregulação emocional e comportamental. O envolvimento ativo da criança em tarefas significativas consolida a percepção de que suas ações têm valor e produzem efeitos no coletivo.

Paralelamente, as interações entre pares assumem função educativa relevante, especialmente quando ocorrem em contextos de respeito mútuo e cooperação. A mediação entre crianças favorece o desenvolvimento de competências comunicativas, negociais e empáticas, que são constitutivas da autonomia. Em situações em que a criança precisa negociar o uso de um brinquedo, esperar sua vez ou propor uma brincadeira, ela exercita habilidades que transcendem o domínio pessoal e adentram o campo da convivência ética.

Entretanto, práticas pedagógicas autoritárias ou pouco responsivas às necessidades infantis podem inviabilizar esses processos. Quando o adulto antecipa as ações da criança, oferece soluções prontas ou corrige constantemente seus movimentos e escolhas, inviabiliza a construção da confiança e da iniciativa. Por isso, é fundamental que o *design* de ambientes de aprendizagem considere tempos dilatados, espaços flexíveis e propostas abertas, que permitam múltiplas formas de participação e expressão infantil.

Mesmo diante de limitações institucionais, como escassez de materiais ou infraestrutura inadequada, a intencionalidade educativa pode ser preservada por meio da qualificação das relações e da valorização da escuta. A autonomia se manifesta, muitas vezes, na maneira como a criança interpreta os contextos e responde criativamente aos desafios. Assim, cabe à instituição garantir que sua organização pedagógica esteja voltada não apenas para o cumprimento de objetivos curriculares, mas para o reconhecimento da criança como sujeito histórico e cultural.

Em resumo, práticas pedagógicas que favorecem a autonomia infantil estão ancoradas na articulação entre espaço, tempo, relações e propostas educativas. Essas práticas exigem um educador atento, um ambiente acessível e intencionalmente estruturado, e uma concepção de criança que valorize sua capacidade de escolha, de ação e de reflexão. Ao oferecer condições para que a criança participe da vida escolar de maneira ativa e significativa, a instituição de educação infantil assume sua função social de formar sujeitos éticos, críticos e participativos desde os primeiros anos de vida.

Resultados e análise dos dados

Os dados analisados revelaram que a construção da autonomia na primeira infância está intrinsecamente ligada à qualidade das interações sociais, à organização intencional dos ambientes educativos e ao posicionamento ético e pedagógico dos educadores. As práticas observadas, sustentadas por abordagens como a de Alessi *et al.* (2025), Kelleter e Carvalho (2025) e Dias e Medeiros (2020), demonstraram que a autonomia não é um atributo inato, mas sim um processo construído por meio da participação ativa das crianças em contextos que favorecem a livre escolha, a experimentação e a colaboração.

Esses resultados indicam que ambientes planejados com acessibilidade, variedade de materiais e estruturação por áreas de interesse contribuem significativamente para o desenvolvimento da iniciativa e da responsabilidade infantil. A autonomia manifestou-se tanto nas ações cotidianas, como o cuidado pessoal e a organização do espaço, quanto nas relações estabelecidas entre pares, nas quais as crianças foram capazes de negociar regras, tomar decisões e compartilhar responsabilidades. Esse processo foi potencializado por práticas pedagógicas baseadas na escuta, na mediação reflexiva e na valorização da singularidade dos sujeitos.

A análise também permitiu estabelecer conexões entre os achados deste estudo e investigações anteriores. O entendimento de que a autonomia se constrói na relação dialógica com o outro é amplamente defendido pela psicologia histórico-cultural, especialmente nos trabalhos que enfatizam o papel mediador das interações sociais no desenvolvimento humano. Do mesmo modo, a Abordagem Pikler, conforme analisada por Kelleter e Carvalho, reforça a centralidade da ação autônoma desde a primeira infância, especialmente nos momentos de movimento livre e brincadeira espontânea. Alessi *et al.* (2025), por sua vez, corroboram essa concepção ao demonstrar que a organização do ambiente e a postura não diretiva do adulto favorecem a emergência de ações autônomas.

Apesar das evidências positivas, o estudo também identificou limitações importantes. Uma delas refere-se à influência de fatores institucionais, como a rigidez das rotinas escolares, a escassez de recursos materiais e a sobrecarga de tarefas dos educadores, que podem restringir as oportunidades de ação autônoma. Essa constatação está alinhada às observações de Dias e Medeiros (2020), que destacam o impacto das práticas diretivas na inibição da iniciativa infantil. Além disso, a dependência de condições estruturais ideais pode limitar a aplicabilidade dos princípios analisados a contextos mais vulneráveis, nos quais a infraestrutura e a formação continuada dos profissionais são insuficientes.

Outro ponto relevante diz respeito à ocorrência de comportamentos infantis que se desviam das expectativas pedagógicas, especialmente em contextos de liberdade ampliada. A

interpretação desses dados sugere que a autonomia não se desenvolve de forma linear, mas envolve tentativas, conflitos e reorganizações contínuas das relações e dos significados. Essa dinâmica confirma as contribuições da psicologia do desenvolvimento, que compreende o comportamento infantil como expressão de múltiplas influências contextuais e subjetivas, exigindo do educador sensibilidade e flexibilidade para acolher a complexidade das manifestações infantis.

Diante desses achados, é recomendável que futuras pesquisas aprofundem a análise das relações entre autonomia e diversidade sociocultural, uma vez que os sentidos atribuídos à liberdade, à escolha e à participação variam conforme os contextos históricos e culturais. Além disso, torna-se pertinente investigar como a formação docente influencia as concepções de autonomia e as práticas pedagógicas em sala de aula, considerando a importância de práticas reflexivas na qualificação do trabalho educativo.

Conclui-se, portanto, que promover a autonomia na infância demanda mais do que reorganizar o espaço físico ou diversificar materiais: exige uma mudança paradigmática na maneira de conceber a criança, o processo educativo e a função docente. Trata-se de assumir uma postura pedagógica comprometida com o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e agente de sua própria aprendizagem, em contextos de escuta, diálogo e cooperação. Essa compreensão amplia o campo de atuação da educação infantil e reafirma sua função política na formação de sujeitos críticos, éticos e participativos.

Conclusão

O estudo desenvolvido possibilitou compreender, de forma aprofundada, como as práticas pedagógicas, as interações sociais e a organização dos ambientes educativos contribuem para a construção da autonomia na primeira infância. As perguntas orientadoras, formuladas na introdução e operacionalizadas na metodologia, foram respondidas mediante a análise de dados qualitativos oriundos de observações, registros documentais e articulações teóricas com diferentes referenciais da área da educação infantil. Verificou-se que a autonomia não se configura como atributo inato, mas como uma competência progressivamente construída em contextos que favorecem a livre iniciativa, a cooperação e a experimentação.

Os objetivos propostos foram plenamente atingidos. O primeiro objetivo, voltado à identificação das condições pedagógicas que estimulam a autonomia infantil, foi alcançado por meio da análise de experiências educativas que articulam organização espacial, liberdade de movimento e escuta ativa por parte dos educadores. O segundo objetivo, que consistia em examinar o papel das interações sociais no desenvolvimento da autonomia, foi contemplado a partir da constatação de que as relações entre pares e entre criança e adulto são determinantes para a emergência de comportamentos autônomos. Já o terceiro objetivo, relativo à análise dos desafios enfrentados pelas instituições para a efetivação de práticas que favoreçam a autonomia, foi discutido a partir das limitações estruturais e culturais que, muitas vezes, restringem a participação ativa das crianças no cotidiano escolar.

Entre as principais conclusões do estudo, destaca-se que a autonomia infantil é promovida em contextos pedagógicos intencionalmente planejados, nos quais a criança é reconhecida como sujeito de direitos e participante ativo do processo educativo. Ambientes acessíveis, rotinas flexíveis, mediações não diretivas e propostas que valorizam a iniciativa infantil revelaram-se

fatores fundamentais para o fortalecimento da autoconfiança, da autorregulação e do senso de responsabilidade nas crianças pequenas.

Contudo, a investigação evidenciou lacunas que devem ser exploradas em estudos futuros. Uma delas refere-se à influência de contextos socioculturais diversos nas concepções de autonomia, uma vez que diferentes comunidades atribuem significados distintos à noção de independência e participação infantil. Outra lacuna identificada relaciona-se à formação dos professores, especialmente no que tange à articulação entre teoria e prática no trabalho com a autonomia. Assim, sugere-se a realização de pesquisas que explorem as relações entre políticas públicas, práticas formativas e efetivação de propostas pedagógicas que promovam a autonomia desde a primeira infância.

Em suma, reafirma-se que o desenvolvimento da autonomia infantil é um processo complexo, que exige ambientes educativos éticos, planejados e responsivos, capazes de sustentar experiências significativas de escolha, cooperação e protagonismo. A consolidação de práticas pedagógicas que valorizem a ação autônoma das crianças representa, portanto, um compromisso com a formação de sujeitos conscientes, críticos e socialmente implicados.

Referências

- ALESSI, V. M.; BRITO, L. M. S.; SANTOS, A. S. R. Autonomia infantil: o papel das interações e brincadeiras na infância. *Revista Científica de Educação*, v. 22, 2025 pp. 41–42, 48, 49, 50, 51) DOI: 10.55823/RCE.V22.315. Disponível em: <https://doi.org/10.55823/RCE.V22.315>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- DIAS, A. A.; MEDEIROS, M. F. Análise da construção da autonomia infantil: interações entre crianças e professores na educação infantil. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 50, p. 116–126, dez. 2020. DOI: 10.23925/2175-3520.2020i51p116-126. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2020i51p116-126>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- KELLETER, R. F.; CARVALHO, R. S. Movimento livre e desenvolvimento da autonomia dos bebês na creche: contribuições da Abordagem Pikler. *Série-Estudos*, Campo Grande, v. 30, n. 68, p. 265–280, 2022. DOI: 10.20435/serieestudos.v30i68.2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v30i68.2022>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 1, e13702, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n1-255>. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2782>. Acesso em: 21 jun. 2025.